

O Paraná e a transição política: ação política e ressentimentos na luta pró- Constituinte (1985-1988)

Ozias Paese Neves (Doutorando - UFPR)

Introdução

A ditadura de 1964 e a transição política têm sido objeto de uma significativa produção historiográfica; o interesse sobre seu tema aumentou ainda mais com a criação das Comissões de Mortos e Desaparecidos (1995), da Anistia (2001) e da Verdade (2012) que visam tratar da memória, reparações e punições. No entanto, não precisamos de grande esforço para constatar notáveis déficits do campo político brasileiro se comparado com as ações e a relevância social das discussões da temática na Argentina, Chile e Uruguai.

A forma pactuada da transição (STEPAN, 1999: 203) e a persistência de instituições e integrantes do período ditatorial nos anos subsequentes tem apontando para uma transição política incompleta, afinal, “os militares brasileiros continuam a exercer influência política e detêm prerrogativas incompatíveis com um regime democrático. Esta influência vem aumentando, na área da ‘lei e da ordem’, especialmente, com as sucessivas greves das Polícias Militares estaduais e com o aumento do narcotráfico. A visão militar tende a analisar questões de segurança pública sob as lentes da segurança nacional” (ZAVERUCHA, 2010:75).

Esquecimento e memória da transição incompleta

A reflexão acima remete a nosso primeiro problema: o caráter incompleto da transição. Nesse aspecto ainda há uma certa lacuna, um exercício do esquecimento sobre o período pós-85 (SEIXAS, 2013). Um véu que encobre tais memórias e navega por imaginários sociais diversos tomando a Nova República, capitaneada por José Sarney, como um espaço fora da lógica autoritária, um espaço em que as disputas e o jogo político já estivessem traçados.

De outro lado, uma certa construção da *memória coletiva* da historiografia sobre a ditadura e transição deixa de lado a questão da sustentação do regime (ROLLEMBERG, 2010: 95). Para tal interpretação o processo de abertura iniciado no governo Geisel sintetizaria a *memória coletiva* construída sobre o regime militar e 1979 marcaria o sentido de conciliação, da transição para a democracia a partir do ano da anistia “silenciava-se sobre o fato de que aqueles foram anos de ouro para muitos (...) a partir dali, a sociedade construía a imagem de si mesma como essencialmente democrática, que repudiara o arbítrio, desde o início, desde sempre, numa luta intransigente contra os militares” (ROLLEMBERG, 2010: 95). Para superação dessa visão empobrecedora dos complexos papéis sociais há que se pensar no misto de apoio e resistência ou *penser double*, evitando as mitificações que deixariam de lado a base de sustentação social do regime sob o risco de *enquadramento da memória* (POLLAK, 1986: 6).

Outra questão a ser problematizada é a tendência frequente em situar o término do regime autoritário e da transição em 1985, com isso silencia-se sobre o período subsequente gestando-se um esquecimento das continuidades, das disputas e da sua configuração política. Adriano Cotado denomina esse período de *transmissão sob tutela* (CODATO, 2005: 83); e é exatamente sobre ele (1985-1988) que pretendemos lançar nosso olhar; desnaturalizando a ‘democratização’, lembrando que não foi um processo teleológico desprovido de tensões, disputas e ressentimentos.

Direcionaremos nosso olhar para o Paraná, definido muitas vezes como estado rural, resultado de fruto de fluxos migratórios de recente ocupação e que vê nos anos setenta e oitenta o cenário se alterar com um êxodo para as cidades. O quadro se complexifica com as eleições de 1982 e 1986 quando passa a viver uma situação paradoxal, governado pela oposição aos militares, mas sem grandes forças de trabalhadores organizados. Marion Brepohl de Magalhães problematiza o senso comum que atribui a pecha de estado conservador, de gente pacata e ordeira e que não se importaria com projetos coletivos ou com a política

Quando se conhece, todavia, o arquivo do DOPS essa imagem é colocada em dúvida: ou bem a resistência ao regime foi muito expressiva, ou bem a repressão se tornou uma prática obsessiva, independentemente do risco efetivo oferecido pelos indiciados. Advogados, jornalistas, estudantes, parlamentares, donas de casa preocupadas com o custo de vida; sindicatos, associações, cooperativas, universidades, todos colocados sob suspeita pela

polícia política, que radiografava, com riqueza de detalhes, as ações e palavras dos paranaenses (MAGALHÃES, 2001: 88).

Situado o recorte, podemos dizer que essa comunicação insere-se dentro de um projeto de pesquisa mais amplo em que buscamos refletir sobre *uma história da construção social do processo de democratização*. Partiremos da atuação no Movimento de Participação Popular na Constituinte – MPPC - no Paraná e tentaremos perceber os ditos e os não ditos, as pautas, as reivindicações, os sentimentos e o imaginário social que estavam envoltos nesse processo de transição e assim superar a dicotomia entre heroísmo e apatia da população paranaense como amostra do cenário nacional.

Movimento de Participação Popular na Constituinte no Paraná

Trataremos da transição política e institucional, porém, não nos interessam os embates políticos no sentido tradicional do termo, mas a inter-relação entre a ação política e os sentimentos (ou ressentimentos) e seu imaginário social. Antes, porém, de buscar entender o MPPC é necessário lembrar que em cada transição política contundente foi gerado uma nova carta constitucional no Brasil, vimos isso com a República em 1891, com Vargas em 1934 e 1937, no pós-guerra em 1946 e no regime militar por duas vezes, em 1967 e 1969. Tais textos foram marcados pelo elitismo e conservadorismo, com elaborações em processos alheios à participação do povo. A Constituição de 1988 passou por um processo diferente; tivemos inúmeros tensionamentos, como as críticas coevas por manter parlamentares não eleitos para a finalidade constituinte – os senadores biônicos -; ser congressional ao invés de exclusiva e de ter significativa pressão de setores externos, como os militares e o presidente Sarney; porém, em nenhuma outra transição política houve um processo de mobilização popular de tão grande magnitude. Evidente que não foi uma participação plena, porém mais de 12 milhões de assinaturas foram coletadas, gerando 122 emendas populares (WHITAKER, 1989: 101-107) e houve a passagem de um descrédito nas formas instituídas de poder para a esperança, até exagerada, na *Constituição Cidadã*.

Incentivar a participação popular efetiva na constituinte passou a ser bandeira de inúmeros movimentos sociais gerando movimentos, plenárias e comitês em âmbito nacional, estadual, municipal e comunitário.

Tal período foi amplamente documentado pelos órgãos estatais e por várias associações, os primeiros materiais têm sido analisados pelos juristas constitucionalistas e pela ciência política, no entanto, os registros de associações e movimentos populares de suas atuações por meio de boletins das manifestações, cartazes, atas de reuniões, cartilhas pró-participação popular ainda são um material inexplorado. Esse material é importante para buscarmos compreender como o árido tema do debate da construção da nova Constituição foi ressignificado para buscar as participações populares e vislumbrar que valores e sentimentos evocavam para que as propostas, muitas delas extremamente imaginativas, viessem à tona.

Em 1985 foi criado o Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte constituído por uma pluralidade de associações em todo o Brasil. Para trilhar seus rastros no Paraná valeremo-nos dos *Boletins do Movimento de Participação Popular na Constituinte – MPPC*. Do primeiro deles consta, em junho de 1985, o registro de sus primeiras plenárias e uma cronologia das lutas populares na busca de melhores condições de vida, salário e liberdade. No discurso desse movimento a campanha das *Diretas Já* foi caracterizada como a “maior mobilização cívica que o País conheceu. O rumo que tomou a campanha das diretas, terminando no Colégio Eleitoral deixou em todos os brasileiros um vazio, uma frustração que permanece na memória” (BOLETIM, N. 1 MPPC, 1985). A seguir, fundamentando-se no receio sobre as pouco confiáveis elites parlamentares pudessem repetir tal jogo no processo de construção das novas leis do país sugerem a necessidade da população participar da constituinte a partir de a uma metáfora futebolística dizendo que a “Constituição de um país estabelece as ´regras do jogo´ na sociedade. E no Brasil as ´regras do jogo´ são frutos da ditadura. Assim ao contrário do futebol, onde a maioria da torcida aproveita, no Brasil cada vez mais a maioria joga e uns poucos aproveitam. Estão ai a pobreza e a miséria de um lado, a riqueza e a corrupção de outro”. Noutro momento apontam a necessidade de participação popular: “a tradição democrática diz que quem faz a Constituição é o povo. Como é impossível reunir todo o povo, delega-se a bandeira da constituinte é hoje uma nova oportunidade de reencontro da Nação. É o momento do povo auto constituir-se

depois de 20 anos de autoritarismo. De o povo escolher qual ordem política e que tipo de progresso econômico deseja” (BOLETIM, N. 1 MPPC, 1985).

Há transliteração entre a linguagem popular e o hermético vocabulário jurídico, nela podemos, visualizar preliminarmente um certo receio, talvez até possamos falar em ressentimento que deveria dar lugar à ação política de grupos que tomavam a representação um instrumento débil para o recente processo de democratização em curso, percebemos também uma inter-relação com o imaginário social daquele grupo e do que ele imaginava que seu público alvo tivesse.

Quando analisamos as tarefas a que se dispunham o MPPC, vemos que apontavam para diferentes caminhos, desde reivindicar transformações estruturais como retirar o entulho autoritário e democratizar os meios de comunicação, até a demanda pelas consultas locais e plebiscitárias para aprovação do texto final da constituição. Certamente demandas democratizantes marcadas pelos temores em face das experiências recentes de uso dos instrumentos jurídicos como forma de legitimar a exceção e da força dos meios de comunicação como parte de sustentáculo do regime. Entretanto, nos parece fundamental direcionar o olhar para as consultas locais ou zonais e nas campanhas educativas, pois em suas falas e nos valores embutidos transparecem com maior vigor os sentimentos dos grupos.

Nesse estágio inicial de pesquisa podemos tomar como amostra desse raciocínio o seguinte diálogo, extraído do boletim: “Personagem 1- Quem mexe com lei é doutor e político. Não nós! Personagem 2- A constituição não é tarefa de meia dúzia de iluminados. Personagem 3- Claro! os trabalhadores são maioria e tem que estar presentes!(Panfleto do Movimento Pró-Participação Popular na Constituinte, 1986)”. O panfleto traz uma charge com diálogo sobre o tema da constituinte e o primeiro humilde e cético da sua capacidade de participação é “conduzido” a participar. Tal era o tom de uma das diversas de publicações produzidas em meados dos anos oitenta. Espelha o esforço dos movimentos sociais organizados buscando sensibilizar parcela da sociedade a pressionar e tomar voz no processo de transição política que culminou com a Constituição de 1988.

Democracia e participação: Imaginário social e ressentimentos do MPPC

A atuação do MPPC se dá em meados dos anos oitenta, no entanto, tal debate vincula-se à mutação dos discursos e das práticas da oposição ao regime ditatorial que se definiu depois da derrota política e militar da experiência da luta armada nos anos setenta, naquele momento as esquerdas brasileiras se rearticularam em torno de uma proposta de luta pelas liberdades democráticas; uma amostra representativa foi a publicação por Carlos Nelson Coutinho do texto 'Democracia como valor universal'(COUTINHO, 1979:33) em que tratava da renovação democrática como alternativa à via prussiana. Para Daniele Forget, nos anos setenta,

a estratégia determinante da oposição consiste em produzir o discurso de unidade: fazer com que a 'democracia' se transforme no ponto de convergência de um combate contra a desigualdade social, a injustiça e a repressão, a centralização do poder etc, de maneira a constituir uma necessidade indispensável aos valores da Igreja, sindicatos, intelectuais, patronato etc.(FORGET, 1994:196).

Em síntese, a análise que a historiografia nos fornece da conjuntura e o olhar sobre as fontes nos apontam para algumas problemáticas: 1) disputas e busca de consolidação simbólica e discursiva da democracia como valor universal; 2) o papel que tais movimentos sociais encampavam para si; 3) suposição de um papel educativo, face um povo sofrido e ultrajado, mas desconhecedor da sua necessidade de participação; 4) caráter multifacetado do movimento invocando bandeiras e imaginários distintos.

Se entendermos, como Backzo que "em nenhum caminho da sua história, nem mesmo caminhos da revolução, seja ela 'burguesa' ou outra, os homens passeiam nus. Precisam de fatos, de signos e imagens, de gestos ou figuras, a fim de comunicarem entre si e de se reconhecerem ao longo do caminho" (BACZKO, 1985: 321) podemos tomar o conceito de *imaginário social* como ferramenta para buscar os itinerários desses grupos e as comunidades de imaginação. Nesse plano há que se pensar que o material produzido pelo MPPC fazia uma ponte entre a descrição de um passado ultrajado, a tentativa de modelar as condutas para a ação no presente e pretendia alcançar um futuro de paz e harmonia numa relação direta com a noção de utopia.

Primeiramente apontam para a revelação de um passado opressor para justificar a educação e a necessidade de ação agora com base em certos valores e sentimentos. Nesse aspecto Ansart é elucidativo ao sugerir que a "linguagem

demonstra o caráter ilegítimo ou inferior de todas as outras possibilidades históricas (...) a ideologia revolucionária indica com precisão os detentores do poder inimigo, explica claramente os erros e a razão da sua ilegitimidade” (ANSART, 1978: 43), até porque mesmo a solidariedade interna pode ser viabilizada por um sentimento coletivo. Vemos sátiras e caricaturas de magnatas, banqueiros ou industriais sendo representados como figuras (malandras, gordas, raposas, vampirescas), enquanto o povo (seja ele representado pelo operariado, pelas mulheres ou pelas crianças) como uma maioria, sempre com grupos mais extensos, alijada. Desse modo, o MPPC ao demonstrar a mulher, professora, o senhor de idade, o estudante, o sindicalista denunciando o regime de dominação promovem pautas para construção de um país diferente, para identificar que tipo de Brasil pretendiam utopicamente construir “mas há momentos em que as organizações de esquerda fazem chamados mais amplos, dirigindo-se às mulheres, aos jovens e mesmo aos pequenos proprietários e, às vezes, à vasta e indefinida categoria povo, de modo que as culturas políticas de esquerda atraem aderentes da mais diversa origem social. Naturalmente, é possível combinar as duas possibilidades e estudar as relações entre grupos sociais específicos e determinadas culturas políticas, e, de novo, o melhor exemplo seriam os laços entre trabalhadores e esquerda” (MOTTA, 2009: 27).

A distinção que Ansart faz entre o *imaginário social* e a produção dos ideólogos nos leva a um novo esforço para evitar a análise mecânica entre o imaginário projetando o que havia no seu público alvo, mas um imaginário preenchido pelos valores ou *signos comoventes* que tais grupos buscavam lançar como seus e do seu público alvo. Segundo Marion Brepohl de Magalhães, em *La gestion des passions politiques*, Ansart dá continuidade aos seus trabalhos sobre as paixões na política e ao tratar da produção e consumo das *mensagens comoventes* sugere um exame entre as trocas heterogêneas operadas na sociedade “1. O lugar da produção, bem como dos produtores de bens comoventes; 2. O conteúdo de suas mensagens; 3. Os seus receptores” (MAGALHÃES, 2011: 2) até mesmo porque segundo Brepohl, para Ansart “sejam movimentos sociais, sejam pessoas das mais diversas classes sociais, seja com este ou aquele objetivo, esse período, esse momento de produção reflete a gestão mesma das paixões, de uma vida em comunidade (...) Afinal, em nenhuma cultura, em nenhuma ação, em nenhum momento da experiência humana, os sujeitos falaram ou se aquietaram por uma deliberação que nada tivesse a ver

com seus desejos, medos, ódios, amores, tudo isto, as paixões” (MAGALHÃES, 2011: 4 5) .

Nosso estudo das emoções e paixões na política tem se inspirado na obra de Ansart, no caso presente interessa-nos particularmente seu estudo sobre os ressentimentos na política, sua principal preocupação remete ao seu papel na conformação dos regimes totalitarismos, mas o próprio autor se questiona se o regime democrático favorece ou desfavorece a formação dos ressentimentos (ANSART, 2001: 23). Podemos sugerir uma resposta a tal questionamento através de Paul Zawadzki em sua que procura desenvolver uma antropologia filosófica da democracia, em que esse ódio passional é tido como um fermento moral. O sentimento de indignação indica uma certa ideia de justiça (ZAWADZKI, 2004: 374), assim a emergência da democracia deu origem a um novo conflito, colocando em confronto concepções divergentes de justiça e legitimidade. Produz ao mesmo tempo duas grandes formas de ressentimento, de significados opostos o igualitário e o anti-igualitário. De um lado, os sentimentos de igualdade – justificados pela democracia – apontariam para os excluídos-aviltados, de outro lado, os senhores de visão hierárquica tradicional (ou meritocrática) aviltados pela pretensão de igualação.

As emoções e os ressentimentos que as fontes nos permitem buscar podem dar pistas da visão de mundo de seus produtores e da que projetavam que seu público-alvo tivesse. Esse processo de democratização dos anos oitenta no Paraná se relaciona com essa profunda revolução antropológica e a compaixão democrática vincula-se intrinsecamente à igualdade imaginária (ZAWADZKI, 2004: 381), a revolta ou o descontentamento dos personagens clama pela imperiosa necessidade de superar aquela estrutura de dominação e desigualdade, e visto dessa forma “o ressentimento nasce de um sentimento de impotência e injustiça numa situação de igualdade aviltada. Explicita-se numa denúncia da desigualdade, em nome do princípio da igualdade democrática”. (ZAWADZKI, 2004: 385).

Considerações finais

Da análise da formação e dessas manifestações do MPPC podemos nos questionar: ao educar para ação na constituinte promove-se um ideal democrático, amplia-se a esfera pública, mas não estaria também a ‘colonizar’ o povo com

pautas e formação? Quais são os símbolos invocados para direcionadas especificamente a determinados grupos? Nesse ponto, cabe-nos retornar a Bronislaw Baczko quando reconhece que uma das funções dos imaginários sociais: “consiste na organização e controle do tempo coletivo no plano simbólico. Esses imaginários intervêm activamente na memória coletiva, para a qual, os acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram. Os imaginários sociais operam ainda mais vigorosamente, talvez, na produção de visões futuras, designadamente na projecção de angustias, esperanças e sonhos coletivos sobre o futuro” (BACZKO, 1985: 25).

Essa capacidade de lidar com os sonhos de futuro e fundamentar-se nos valores e emoções dos indivíduos e dos grupos torna o conceito de *imaginário social* uma ferramenta importante para tratar de (res)sentimentos e utopias, peças centrais dentro da problemática. A par disso, também torna-o apto pela sua relação entre as experiências e as expectativas, relevante para pensar a questão da memória e como hoje os atores daquela época veem as suas ações do período. Com isso, pensamos que trilhamos no caminho da desnaturalização do processo de democratização, ao destacar seus tensionamentos e percebê-los a partir diversos matizes, um campo de disputas políticas e de memórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia (orgs.). **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Unicamp, 2001. p. 22.

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflito e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). São Paulo: Edusc, 2004. p. 161-183.. p. 161.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985.

CODATO, A. N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 25, nov. 2005 . p. 83.

FORGET, D. **Conquistas e resistências ao poder:** a emergência do discurso democrático no Brasil (1964-1984). SP: Edusp, 1994. p. 196.

LINZ, J. J., STEPAN, A..**A transição e a consolidação da democracia:** a experiência do sul da Europa e da América do sul. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 203.

MAGALHÃES, M B.. **O Paraná Reinventado:** política e Governo: 1989.

MAGALHÃES, Marion Brepohl. **Paraná:** política e governo. Curitiba: Seed, 2001.

MAGALHÃES, Marion Dias Brepohl. Pierre Ansart : **La gestion de passions politiques.** Paper, acesso em

http://people.ufpr.br/~andreadore/leiturasdahistoria/Marion_Brepohl.doc , p. 2.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas políticas na história:** novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

N. COUTINHO, "A democracia como valor universal", in_**Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, nº 9, março de 1979, p. 33-48.

ROLLEMBERG, D., QUADRAT, S. **A construção social dos regimes autoritários:** Brasil e América Latina. RJ: Civilização Brasileira, 2010.

SEIXAS, Jaci Alves de. Gestão do esquecimento e cultura política brasileira: a construção de um objeto sensível de pesquisa histórica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal.

WHITAKER, F (org). **Cidadão constituinte:** a saga das emendas populares. RJ, 1989.

ZAVERUCHA, J. Relações civis militares; o legado autoritário da Constituição de 1988. In: SAFATLE, V; TELLES, E. (org.). **O que resta da ditadura:** a exceção brasileira. SP: Boitempo, 2010. p. 75

ZAWADZKI, P. O ressentimento e a igualdade: contribuição para uma antropologia filosófica da democracia. In: BRESCIANE,Stella. **Memória e res(sentimento). Indagações sobra uma questão do sensível.** SP: Campinas, 2004. p. 371-390. p. 374.